

CONTEÚDOS INFORMACIONAIS DE COLEÇÕES ESPECIAIS E ARQUIVOS PERMANENTES SOB GUARDA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS EM SALVADOR: DIGITALIZAR É DEMOCRATIZAR?

LÍVIA F. TOSTA¹

(liviaftosta@yahoo.com.br)

ADELMÁRIA I. SANTOS²

(adelmariaione@yahoo.com.br)

LUCAS A.S. SERRA³

(lucadocontra@yahoo.com.br)

AURORA L. FREIXO⁴

(aurorafreixo@gmail.com)

INÁCIO SZABÓ⁵

(inacio@reconcavotecnologia.org.br)

RUBENS R. G. SILVA⁶

(rubensri@ufba.br)

Num cenário de constante evolução tecnológica no âmbito da CI, observa-se em Salvador a carência de ações adequadamente orientadas à preservação de documentos originais e de suas eventuais versões digitais. O objeto de nossa pesquisa são os documentos/coleções especiais mantidas pelas esferas públicas em Salvador. O objetivo da pesquisa principal está no estabelecimento da correlação entre informação, tecnologia e consciência, a partir do reconhecimento das coleções e de seus usos. Os planos de trabalho (PT) desenvolvidos no âmbito da pesquisa objetivam identificar instituições, acervos e consulentes, refletindo sobre questões sociais relativas ao acesso a versões digitais destes acervos. Neste artigo destacamos procedimentos de seleção para digitalização, questões associadas à disseminação digital e à disponibilização dos resultados da pesquisa, na sua integralidade, no sítio eletrônico cujo design vem sendo desenvolvido. Métodos adotados nos PT's são detalhados e resultados parciais já alcançados são apresentados, reunindo elementos iniciais para sua discussão.

Palavras-chave: Digitalização; Preservação; Coleções especiais; Instituições públicas soteropolitanas; Consciência.

¹ Graduanda em Arquivologia. Bolsista PIBIC/UFBA/CNPq. Instituto de Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA)

² Graduanda em Arquivologia. Bolsista PIBIC/UFBA/FAPESB (ICI/UFBA).

³ Graduando em Arquivologia (ICI/UFBA)

⁴ Especialista em Arquivologia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (POISICI/ICI/UFBA).

⁵ Bacharel em Engenharia de Computação (UNICAMP); mestrando do POSICI/ICI/UFBA. Coordenador de projetos do Instituto Recôncavo de Tecnologia.

⁶ Doutor em Ciência da Informação (UFRJ-ECO/IBICT-DEP, 2002). Professor adjunto do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI/ICI/UFBA) e POSICI/ICI/UFBA.

INTRODUÇÃO

Este texto relata as experiências adquiridas até então no desenvolvimento do projeto “A conversão digital de documentos especiais de acervos públicos e a consciência informacional. Aspectos técnicos e teóricos no âmbito da Ciência da Informação”, que contou com o apoio de três bolsas de iniciação científica, duas delas PIBIC/UFBA/FAPESB, e uma PIBIC/UFBA/CNPq.

O projeto iniciou-se em agosto de 2005 tendo previsão para seu término em agosto de 2007. Caracteriza-se por dupla vertente, teórica e prática. A perspectiva teórica, de cunho materialista histórico, assume a compreensão acerca do processo informacional pela ótica de uma teoria marxiana da consciência, com o objetivo de investigar as correlações entre informação, tecnologias digitais de acesso remoto e consciência. Este enfoque fundamenta-se no entendimento da informação como processo orientado à ampliação da consciência acerca das possibilidades de conhecimento e de ação num determinado contexto social.

A vertente prática, sócio-técnica-aplicada, tem por objetivo o reconhecimento de coleções/documentos especiais (especificamente, discos, fitas K7, fitas em rolo, fitas VHS, betacam, fotografias, álbuns fotográficos) dos acervos públicos soteropolitanos, e de seus usuários, bem como a formulação de abordagens adequadas à conversão digital desta documentação, detendo-se especificamente nos procedimentos orientados à preservação digital e ao acesso via internet.

Sendo assim a proposta está definitivamente associada à inovação, que sempre envolve mudanças e incertezas. O ambiente de trabalho e as pessoas que o constituem, assim como o comportamento daqueles que dele se favorecem (usuários, por exemplo), são modificados pelo processo de inovação tecnológica que traz novas ferramentas e possibilidades resultantes do desenvolvimento do conhecimento. Expandindo-se o campo de ação previsto inicialmente, idéias e técnicas são transpostas para o amplo espaço da economia e novos produtos e serviços derivados do uso da tecnologia. Seja de forma incremental, trazendo poucas adaptações necessárias a processos já existentes, seja de maneira radical, forjando novos conceitos e forçando a criação de novos processos, a

inovação sempre acaba por mostrar-se como elemento que sugere a mudança de valores em uma organização ou em uma instituição.

Podemos justificar a execução desse projeto pela: 1) Relevância da ação científica que visa ao aprofundamento de reflexões teórico-conceituais associadas a uma teoria da informação no âmbito das ciências sociais aplicadas e humanas; 2) Possibilidade de integrar conhecimentos parciais já obtidos e de reunir subsídios para a compreensão dos problemas relacionados à digitalização de som, fotografia e de imagens em movimento, contribuindo com a aplicação deste conhecimento técnico e de sua interpretação no conhecimento científico; 3) Possibilidade de compartilhamento com o corpo discente do ICI/UFBA; 4) Relevância da pesquisa acerca da criação de novos canais de distribuição de substitutos visuais de imagens e sons pertencentes ao acervo público, facilitando seu uso na educação, na pesquisa, no ensino, e favorecendo os processos de inclusão digital, de importante dimensão política; 5) Possibilidade de ocorrência de efeitos significativos relativos à valorização e uso dos próprios acervos das instituições que venham a participar da proposta; 6) Correlação entre disponibilização de conteúdos e identidade histórico-cultural, relevante linha de ação do Programa Sociedade da Informação.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO (PT)

A pesquisa iniciou-se com o desenvolvimento de dois plano de trabalho: *Coleções especiais de instituições públicas federais em Salvador: que reflexos sociais e institucionais a digitalização pode promover?*, desenvolvido no período de ago/2005 a jul/2006, com o apoio de uma bolsa de iniciação científica PIBIC/UFBA/FAPESB, e *Procedimentos metodológicos aplicados a seleção de documentos/coleções especiais (audiovisual, fotográfico e sonoro) para conversão digital*, inicialmente desenvolvido voluntariamente. No período seguinte (2006/2007) esse segundo PT foi contemplado com uma bolsa de iniciação científica PIBIC/UFBA/FAPESB.

Estas pesquisas tiveram por objetivo geral criar elementos de estímulo às discussões em torno da importância dos conteúdos informacionais disponíveis nestas coleções e de sua necessária conversão digital, a partir de procedimentos orientados à preservação. Foram identificadas unidades de informação como bibliotecas, museus, centro de documentação e

arquivo, de instituições públicas municipais estaduais e federais em Salvador depositárias de documentação especial, e seus respectivos consulentes. Para tal atividade foram utilizados seis instrumentos de coleta de dados, três deles (questionários institucionais) dirigidos aos responsáveis pela documentação, e outros três (questionários individuais) dirigidos aos consulentes de cada coleção especial.

Os instrumentos de coleta de dados foram pensados inicialmente para serem do tipo “formulário” (tipologia que exige a presença do pesquisador no ato da coleta de dados). Após a criação dos diferentes instrumentos, no entanto, e após realizarmos os devidos testes prévios, percebemos que sua complexidade aliada à nossa presença no ato da coleta dos dados alongaria em muito as operações desta etapa da pesquisa. Não havia recursos humanos para estas ações prolongadas. Fizemos, então, adaptações nos instrumentos, que facilitassem a compreensão das questões, e que nos permitissem adotar o formato “questionário” (que não exige a presença do pesquisador no ato da coleta dos dados). Esta decisão foi acertada, sem dúvida, mas não para todas as instituições. Algumas delas solicitaram a presença das pesquisadoras (bolsistas) para seu preenchimento, basicamente por motivos de insegurança e/ou de desconhecimento técnico do responsável pelo acervo.

Para a construção dos instrumentos destinados à documentação sonora e à documentação áudio-visual contamos com o auxílio, via e-mail, de um técnico da Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Em Salvador, para o teste prévio dos questionários, contamos com instituições das três esferas públicas. Na esfera federal, tivemos o apoio da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central Reitor Macedo Costa, da UFBA; na esfera estadual, contamos com a importante colaboração da Sub-Gerência de Recursos Audiovisuais da Biblioteca Pública do Estado da Bahia; na esfera municipal o apoio da Gerência de Arquivos e Bibliotecas do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS) foi fundamental. A etapa dos testes prévios foi imprescindível para a validação, revisão e aperfeiçoamento dos instrumentos de coleta de dados, permitindo-nos incorporar inúmeras sugestões e decidir por relevantes aspectos relativos à sua aplicação prática.

Definidos os instrumentos de coleta de dados, partimos então para a pesquisa de campo. Vale ressaltar que os resultados das pesquisas serão disponibilizados através de um sítio eletrônico que está sendo elaborado a partir de um terceiro plano de trabalho intitulado

Criação de sítio eletrônico experimental de dados relativos a coleções/documentos especiais dos acervos públicos de Salvador, que obteve o apoio de uma bolsa de iniciação científica PIBIC/UFBA/CNPq. A seguir serão explicitados alguns aspectos referentes a essa possibilidade de acesso a dados referentes a instituições públicas de Salvador.

3 ELEMENTOS DE FUNDAMENTAÇÃO

A acessibilidade aos documentos, textuais e especiais (audiovisuais, fotográficos e sonoros), produzidos em âmbito nacional, tem sido objeto de grande preocupação por profissionais da área de arquivologia, uma vez que, historicamente, sempre se observou um cenário marcado pelo descaso de governantes quanto à situação estrutural e funcional dos chamados instrumentos de democratização da informação, tais como, arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação e etc.

Neste contexto, verifica-se a crescente necessidade de se (re)pensar formas mais democráticas capazes de garantir o acesso aos diversos saberes produzido pela humanidade. Assim, o Estado Democrático de Direito, enquanto agente social, político, econômico e cultural, tem como uma de suas principais missões prover direito de acesso igualitário aos conteúdos informacionais aos seus cidadãos, projetando uma sociedade mais justa e menos desigual.

Por esta razão o objetivo principal do arquivo é a democratização e socialização da informação arquivística, mas nem sempre as condições são dadas para isso (FREIXO, 2007). Considerando as documentações audiovisual, fotográfica e sonora, que necessitam de cuidados especiais devido a sua fragilidade e requisitos específicos para armazenamento como condições adequadas de temperatura, luminosidade e umidade do ar, devemos pensar em critérios para seleção de documentos especiais para digitalização, que é considerada potencial para garantir a preservação dos originais e acesso. É necessário resgatar conceitos como seleção e avaliação documental na perspectivas de alguns autores nas áreas de Biblioteconomia e Arquivologia.

Para Vergueiro (1997), a seleção consiste em uma tomada de decisão por parte de bibliotecários levando em conta critérios que influenciam a seleção, tais quais: assunto, documento, usuário e preço. Nas palavras de Paes (1986), a seleção consiste em um

processo de avaliação e análise da documentação de arquivo visando a estabelecer sua destinação, de acordo com os seus valores probatórios e informativos. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivista (ARQUIVO NACIONAL, 2005), a “avaliação consiste no processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece sua destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos”. Na perspectiva de Jardim,

[...] avaliação documental é ocasionada como o recurso técnico mais eficaz (na verdade, o único legitimado pela arquivologia) para a escolha de documentos “históricos”, arquivísticos, possíveis de integrar o patrimônio documental de uma sociedade em razão de sua capacidade de expressar a memória desse grupo. (JARDIM, 1995, p.6).

No que diz respeito aos documentos especiais, o processo de seleção para digitalização assume um caráter fundamental para a garantia da preservação do conteúdo informacional. Na Arquivologia, tradicionalmente, considera-se como documentação especial toda aquela que seja composta por gêneros documentais cuja predominância e característica são de caráter não textuais, tais como: a documentação sonora, audiovisual, fotográfica.

Segundo CONWAY (2001) e UNESCO (2002), um projeto de digitalização a ser implantado em arquivos deve contemplar os seguintes pontos: critérios de seleção do material, critérios de conversão, critérios para controle de qualidade da digitalização, gerenciamento da coleção, disponibilização e armazenamento do acervo digital.

A UNESCO criou um guia com as diretrizes básicas para os projetos de digitalização em arquivos e bibliotecas. Neste guia os autores alertam para a necessidade de a instituição estabelecer objetivos claros para um projeto de digitalização, em função de seu alto custo.

No sentido de estabelecer claramente os objetivos de um projeto de digitalização faz-se necessário responder a algumas perguntas antes de se iniciar um projeto: o projeto objetiva atender aos usuários? Pretende atender a necessidade de preservação do documento? Visa a aproveitar uma oportunidade de recursos financeiros? A instituição tem recursos orçamentários suficientes para a realização do projeto? A instituição dispõe de profissionais qualificados para isso? A instituição tem capacidade e infra-estrutura técnica para a realização do projeto? Se a instituição conseguir delimitar e responder a essas

perguntas já é um bom começo para a realização do projeto.

A migração periódica da informação digital (a partir de um ambiente de hardware ou de um software para outro) é a opção de estratégia operacional para a preservação digital mais frequentemente indicada pelas instituições detentoras de grandes acervos. A importância da migração está em transferir para novos formatos enquanto for possível, preservando a integridade da informação. Percebemos, então, que a preocupação dos profissionais que trabalham diretamente com a documentação deve estar voltada ao conteúdo informacional e não apenas ao seu suporte. Isso consiste em observar meios que garantam a acessibilidade de forma a contribuir com a preservação da informação que como sabemos é fonte primária do conhecimento e da história.

4 RESULTADOS PARCIAIS

Até o presente momento identificamos na esfera federal 107 instituições, das quais apenas 44 são depositárias das referidas coleções especiais. Já no âmbito das esferas estadual e municipal conseguimos, coincidentemente, identificar 107 instituições, dentre as quais apenas 38 possuem as coleções em questão.

No cenário soteropolitano, observamos, através do contato direto com as unidades de informação das instituições das três esferas governamentais, que há um enorme desconhecimento por parte dos responsáveis pelos acervos com relação aos próprios acervos sob sua guarda, e isso ocorre parcialmente devido à desatenção com capacitação de pessoal e ausência de profissionais formados da área. Isto talvez se justifique pelo curto tempo de criação do curso de Arquivologia na Bahia (1998), que é oferecido unicamente pela Universidade Federal da Bahia: formaram-se ainda poucos profissionais para serem absorvidos no vasto mercado de trabalho, além de possivelmente outros terem migrado para as mais diversas áreas de atuação.

Alguns aspectos são considerados comuns às instituições pesquisadas, a saber:

- A documentação possui grande valor sócio-histórico e cultural e potenciais para a ampliação do conhecimento individual e da memória soteropolitana e nacional;
- Há uma emergente necessidade de tratamento especial prévio à digitalização, visto que a documentação já se encontra muito fragilizada devido à ausência de condições

adequadas de arquivamento.

Percebemos então a urgente necessidade de ações orientadas à preservação da documentação, utilizando-se principalmente recursos da digitalização; paralelamente observamos a questão da qualificação profissional, principalmente por parte dos profissionais da informação, que devem estar constantemente atentos às necessidades dos usuários e tomar decisões orientadas à garantia da acessibilidade dos conteúdos informacionais futuramente.

Visando a elaborar um sítio eletrônico para a disponibilização dos dados da pesquisa realizada nas instituições das 3 esferas governamentais em Salvador fez-se necessária a observação de alguns elementos de Arquitetura da Informação, como a acessibilidade e usabilidade, de modo a garantir não somente o aspecto estético, mas principalmente os aspectos voltados ao conteúdo e à navegação.⁷

Muitos dados obtidos na pesquisa são inéditos e relevantes para a realização de um diagnóstico de acervos especiais sob a guarda de instituições públicas, que permitirá um mapeamento específico dessa documentação, seus temas predominantes, quantidades, dentre outros elementos imprescindíveis à pesquisa e, sobretudo, para alertar as autoridades competentes sobre a necessidade de ações voltadas à preservação/conservação por meio de recursos tecnológicos, tais como a digitalização.

Vale ressaltar que o sítio onde os dados da pesquisa estarão disponíveis se encontra em fase de construção, e para tal elaboramos uma listagem de 30 requisitos, uma espécie de “guia” cujo atendimento se subdivide em três fases (FI, FII, FIII). Estas fases, por sua vez, subdividem-se em graus de prioridade (P1, P2, P3, P4). Na listagem elaborada são identificados cada um dos requisitos, havendo um campo específico para que os diversos membros envolvidos com a criação do sítio eletrônico possam contribuir com sugestões e observações que possam ser adotadas na fase de criação do produto.⁸ São exemplos desses requisitos: a) FI, P1: prazo para implementação, consistência, visibilidade, dentre outros; b) FI, P2: compatibilidade, armazenamento de gráficos, *links* importantes, dentre outros; c) FII, P3: armazenamento de som, audiovisual e fotografias, dentre outros.

⁷ Ver VECHIATO; VIDOTTI, 2006.

⁸ Na fase de elaboração dos requisitos contamos com o auxílio de Inácio Szabó, um dos autores deste trabalho, que nos supervisionou na etapa da formulação dos requisitos.

Estamos utilizando a ferramenta *Twiki* disponibilizada pelo Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFBA, visto que além de ser um software de código aberto, nos possibilita o exercício com um produto adaptado pela própria UFBA. O sítio eletrônico resultante da pesquisa ficará hospedado nos servidores da universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma sociedade denominada por alguns teóricos como aldeia global, sociedade da informação e sociedade da aprendizagem (BURNHAM, 2002), onde as informações passam a circular, de forma rápida e dinâmica, através das novas malhas eletrônicas de comunicação, faz-se necessário promover reflexões no sentido de se verificar quais os padrões e procedimentos capazes de garantir a preservação dos conteúdos informacionais dos documentos em seus suportes originais e de suas versões digitais possibilitando o acesso remoto ao acervo e democratização no acesso e uso das informações por parte dos seus cidadãos.

Andrade (2006) destaca a importância da atualização contínua do profissional da informação devido às crescentes transformações tecnológicas. Portanto, os mesmos devem conhecer os processos para que possam aliar as importantes ferramentas da informática para disponibilização, disseminação e preservação dos conteúdos digitais.

Percebe-se, então, que a evolução das tecnologias utilizadas em ambientes informacionais deve ser acompanhada e entendida pelos profissionais da informação, sob pena de não conseguirem atuar no desenvolvimento das soluções informacionais necessárias ao ambiente onde atuam. (ANDRADE, 2006, p.153).

É possível democratizar, via digitalização, o conteúdo dos acervos públicos de Salvador, desde que uma mais adequada formação seja proporcionada aos arquivistas, por meio da prática em laboratórios, por exemplo, onde possa ser desenvolvido o componente técnico-científico inerente às atividades de conversão digital de acervos nas instituições que, por sua vez, deverão assumir o compromisso de compor seus quadros com os devidos profissionais e qualificações. Há que caracterizar esse processo pelo compromisso das mais altas instâncias decisórias do Estado da Bahia e mesmo da República, no sentido de que se

investida na conversão digital orientada à preservação e ao acesso, simultaneamente. Cremos que a disponibilização dos dados das pesquisas que realizamos, em fase de conclusão, reunirá elementos que serão úteis a decisões sobre essa necessidade de repensar a formação, além de facilitar a divulgação dos acervos institucionais, fornecendo subsídios, portanto, para a discussão de políticas e geração de diagnósticos que visem à valorização de um trabalho técnico-científico adequado, visto que a documentação é detentora de grande valor sócio-histórico e cultural.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Ricardo S. Tecnologia, Memória e a formação do profissional arquivista. **Revista Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 149-159, jan/jun. 2006.

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BURNHAM, Terezinha Fróes. Sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem. In: LUBISCO, Nídia (org.). **Informação e Informática**. Salvador: EDUFBA, 2002.

CONWAY, Paul. **Preservação no Universo Digital**. Tradução de Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997 (Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos).

FREIXO, Aurora L. **Gestão de Arquivos na Administração Pública no Estado da Bahia**: da prática burocrática ao discurso gerencialista. Dissertação (mestrado). Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2007.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.12, p.1-13, 1995.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

UNESCO. **Guidelines for digitalization projects for collections and holdings in the public domain, particularly those held by libraries and archives**. Disponível em <<http://www.ifla.org/VII/s19/pubs/digit-guide.pdf>> Acesso em 28 mar. 2007.

VECHIATO, Fernando Luiz ; VIDOTTI, S. A. B. G. . Arquitetura da Informação em Web Sites. **Anais do XVIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP**, São Paulo, v. 1. p. 1-12, 2006 .

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.